DhESCA BRASIL INFORMA 13
Número 13 - Outubro - 2008

EDITORIAL

Na terça-feira, dia 14, três boas notícias reanimaram todos que lutam pela efetivação dos direitos humanos no Brasil. A assinatura do Termo de Compromisso no Baixo Parnaíba (MA), a área liberada para reforma agrária em Pernambuco e a doação da área da Syngenta no Paraná foram vitórias importantes para efetivar direitos e em todas a Plataforma Dhesca Brasil teve interferência direta.

No Maranhão, o Governo assinou o Termo de Compromisso para Proteção dos Direitos Humanos na região do Baixo Parnaíba, resultado de uma atuação conjunta dos movimentos locais que solicitaram apoio da Plataforma Dhesca Brasil. Através da Missão da Relatoria Nacional para o Direito Humano à Alimentação e Terra Rural, realizada na bacia do rio Munim, em 2005, foram constatadas diversas violações decorrentes do agronegócio e da monocultura de soja, que ameaçava diretamente a biodiversidade da região e os agricultores. Em agosto de 2008 dois relatores participaram de um seminário que novamente cobrou a implantação da Força Tarefa para deter as violações. Com a assinatura do termo, o Governo do Estado terá deveres e objetivos a serem cumpridos.

Em Pernambuco uma missão conjunta das Relatorias de DH ao Trabalho e DH à Alimentação visitou o Acampamento Chico Mendes, em São Lourenço da Mata, onde um acampamento do MST ocupou o Engenho São João, imóvel rural de 580 hectares que foi praticamente abandonado pelo Grupo Votorantim há 17 anos. O procedimento no INCRA começou em 2005 e dois anos depois houve um laudo afirmando a propriedade como improdutiva. Durante todo este tempo, o Grupo Votorantim sempre obstruiu o andamento do processo, e os trabalhadores foram despejados violentamente da área por duas vezes. O ato de imissão de posse para o Incra aconteceu nesta terça-feira (21).

Já no Paraná, a multinacional Syngenta Seeds anunciou a doação, para o governo do estado, de uma área onde plantava ilegalmente transgênicos. As Relatorias do Direitos Humanos à Alimentação e Terra Rural e ao Meio Ambiente estiveram no local em março deste ano e analisaram os conflitos existentes: plantio ilegal de transgênico pela multinacional, a ocupação da área pela Via Campesina e o ataque da empresa de segurança NF, contratada pela Syngenta Seeds, ao acampamento montado, que resultou na morte trágica de duas pessoas, com outras cinco feridas. Com a doação da área, o governo do Estado pretende organizar um centro de produção e distribuição de sementes.

NESTA EDIÇÃO

:: Plataforma Dhesca Brasil: Participe das Missões planejadas para este semestre.

:: Relatorias Nacionais em Dhesca: Relatório sobre Missão Syngenta é lançado no PR

:: Monitoramento: Governo Brasileiro discute o processo para responder as perguntas do Comitê DESC da ONU

:: Circulando :O tema é "Soberania Alimentar"

:: Nacional: Procurador da República pede intervenção em presídio de RO

:: Internacional: FIDH considera meios de comunicação da Bolívia racistas

Divulgue suas ações nos próximos números. Opiniões e sugestões de texto podem ser enviadas para comunicacao@dhescbrasil.org.br

PLATAFORMA DHESCA BRASIL

* Maria Luisa Pereira de Oliveira (RFS) é a quinta integrante da Coordenação colegiada da Plataforma Dhesca Brasil. Durante a Assembléia Geral foram eleitas quatro entidades e uma vaga ficou disponível para os movimentos que trabalham com as temáticas de gênero e de raça. A decisão da Rede Nacional Feminista de Saúde em compor a coordenação chegou no meio de setembro e a representante já participou da primeira reunião entre os coordenadores, realizada em 1° de outubro em Brasília.

* Estamos providenciando as **traduções para o inglês e espanhol** da nossa página na internet e de alguns materiais institucionais da Plataforma. Este foi um dos encaminhamentos feitos pela Assembléia Geral da Plataforma e que foi possível a partir de um contato com a representante da UNV no Brasil, Anika Gärtner, que disponibilizou uma verba para isso.

* A própria **Anika esteve em Curitiba** em setembro durante a reunião com assessores das Relatorias Nacionais em Dhesca. Além de participar da reunião, ela se dispôs a auxiliar a Plataforma no diálogo com algumas embaixadas em Brasília.

* No dia 30 de setembro tivemos a visita da **consultora do Instituto Elo**, Fátima Nascimento, à sede da secretaria executiva da Plataforma Dhesca Brasil. A consultoria é um dos requisitos da EED (entidade financiadora) com o objetivo de orientar a execução do Plano Trienal.

* Um pedido **aos que guardam documentos ou materiais** da Plataforma Dhesca Brasil. Estamos organizando a memória e o arquivo da rede e por isso precisamos que todos que possuem documentação (fotos, ofícios, atas etc) enviem para a Secretaria Executiva, que está sediada na rua Ermelino de Leão, 15, cj 72 – Centro – Curitiba (PR). O Cep é 80410-230. A secretaria se responsabiliza por custear os gastos com Correio.

* As Relatorias Nacionais em Dhesca já iniciaram o **calendário de missões** deste semestre. A primeira a ir a campo foi a Relatoria de Saúde, que esteve no Rio de Janeiro, de 19 a 22, para investigar as condições de acesso aos serviços do SUS na capital. Os relatos diários desta missão você pode conferir no site da Plataforma (www.dhescbrasil.org.br). Durante esta semana acontece a Missão de Educação em Pernambuco, que investigará o acesso à educação em unidades prisionais e por comunidades indígenas.

Acompanhe as datas e os temas que serão trabalhados neste semestre:

Relatoria do Direito Humano à Alimentação e Terra Rural
Tema: comunidades quilombolas no Norte de Minas Gerais para verificar o acesso à terra e soberania alimentar.
Período de Missão: Segunda quinzena de novembro.

Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente:
Tema: impactos socioambientais da hidrelétrica de Tijuco Alto na região do Alto Ribeira (divisa Paraná/São Paulo), principalmente sobre a biodiversidade e as comunidades tradicionais ali existentes (caiçaras, quilombolas e guaranis). O empreendimento é de responsabilidade da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do grupo Votorantim.
Período de Missão: Em novembro.

Relatoria do Direito Humano ao Trabalho
Realização da Oficina "Diálogos sobre o DH ao Trabalho". O objetivo é aprofundar o debate sobre o direito humano ao trabalho. Local a definir.
Período: final de novembro.

Relatoria do Direito Humano à Moradia Adequada:
Tema: investigar ameaças de despejo e a aplicação das recomendações anteriores para situações já documentadas.
Período: 24 a 26 novembro em Macapá e 27 e 28 de novembro em Manaus (missão de seguimento)

IMPORTANTE: Caso sua entidade esteja sediada na região onde haverá missão, participe do processo de planejamento e acompanhe o desenrolar das visitas e da interlocução entre movimentos, comunidades e poderes públicos. Sua participação será muito importante para que o relator tenha outros olhares e opiniões sobre o tema tratado. As assessorias de comunicação das afiliadas também podem colaborar na distribuição dos releases e dos textos que divulgam a missão. Entre em contato com a assessoria através do e-mail: comunicacao@dhescbrasil.org.br

---

RELATORIAS NACIONAIS EM DHESCA

* Ao completar um ano da execução do trabalhador rural Valmir Mota, o Keno, no campo experimental de transgênicos da **Syngenta Seeds**, a Plataforma Dhesca Brasil lança o relatório elaborado a partir da missão conjunta que investigou, entre outras denúncias, o ataque ao acampamento onde Keno estava. Em março deste ano, os relatores Clóvis Zimmermann (Alimentação e Terra Rural) e Marijane Lisboa (Meio Ambiente) estiveram na área do conflito entre trabalhadores rurais e a multinacional que cultivava ilegalmente soja transgênica no entorno do Parque Nacional do Iguaçu. Confira o relatório pelo site.

*A Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação elaborou um Informe de Seguimento sobre a **Missão Morro do Alemão**, onde consta um balanço sobre o sistema educacional na favela carioca. A Relatoria esteve no Alemão em outubro do ano passado, quando investigou a realidade do sistema educacional que tenta manter o fluxo de alunos e professores, mesmo perante o confronto constante entre as forças de segurança e o narcotráfico. Na época, a Relatora Denise Carreira classificou a educação com em "estado de emergência". Em nível internacional, uma classificação como esta remete a situações de gravidade social geradas pelos seres humanos. No Informe "Nove meses depois: o que mudou?" você encontra as principais recomendações da Relatoria, além de um relato sobre a reunião com Secretarias de Governo, Ministério Público e outros órgãos públicos. Leia o informe na íntegra em nossa página eletrônica.

*A Relatoria do Direito Humano ao Trabalho enviou ao Ministério Público do Rio de Janeiro, ao Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria Especial de Direitos Humanos um pedido de informação sobre uma denúncia de **super-exploração do trabalho** numa usina de cana. A denúncia, que partiu da Pastoral do Migrante, CPT, Pastorais Sociais da Diocese de Araçuaí e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, refere-se a Usina Barcelos, em Campos do Goytacazes, pertencente ao Grupo Hoteleiro Othon. A Relatora Cândida da Costa pediu aos órgãos públicos mais informações sobre as condições de trabalho na usina, já que em 2004 o mesmo local foi incluído na "lista suja" do trabalho escravo do Ministério do Trabalho e Emprego.

*A Relatoria Nacional para o Direito Humano à Moradia Adequada e Terra Urbana enviou um ofício para alertar diversas autoridades sobre a situação das famílias que há mais de 10 anos vivem no prédio da falida **Fundação Navantino Alves** (BH - MG). Existem cerca de 130 pessoas na área de propriedade do governo estadual. O Estado vem requerendo a desocupação da área e o despejo forçado das famílias, assim como a Caixa Econômica Federal que figura no pólo ativo da demanda. Receberam

o ofício o Ministério das Cidades, a Subsecretaria de Estado de DH, a Caixa Econômica Federal e Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

* O direito à saúde, o papel do Estado Brasileiro e a sistemática violação aos **direitos de povos indígenas** são alguns dos temas que estão no relatório divulgado pela Relatoria do Direito Humano à Saúde, da Plataforma Dhesca Brasil. O relator Fernando Aith esteve em Manaus em fevereiro e visitou os órgãos responsáveis pelo sistema de saúde e também algumas aldeias urbanas. Além das dificuldades em atender a população indígena ele constatou que "o Estado brasileiro possui uma enorme dificuldade em compreender as especificidades de cada grupo indígena". Confira o relatório neste link.

MONITORAMENTO EM DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

No próximo dia 31, às 10h da manhã, no Ministério da Justiça, os representantes das quatro redes do projeto Monitoramento terão reunião com autoridades brasileiras da SEDH e do Ministério das Relações Exteriores. Salomão Ximenes representará a Plataforma Dhesca Brasil. Na pauta o processo que o governo brasileiro pretende adotar para responder, até fevereiro de 2009, as questões formuladas pelo Comitê PIDESC/ONU ao segundo informe oficial do país. A próxima sessão em Genebra do Comitê ocorre em maio e a sociedade civil pretende se fazer presente. As entidades que ficaram de atualizar as questões do Contra-informe devem se apressar.

CIRCULANDO: Soberania Alimentar

O Dia Mundial da Alimentação foi celebrado no dia 16 de outubro e foi marcado no Brasil por diversas manifestações e, infelizmente, por ações repressivas por parte do governo estadual do Rio Grande do Sul.

Durante a 13ª Marcha dos Sem, realizada em Porto Alegre, dez manifestantes e dois policiais ficaram feridos no encerramento da atividade. A mobilização partiu do Parque da Redenção e ao chegar ao Palácio Piratini foi impedida de passar com o carro de som pela tropa de choque da Brigada Militar. Em meio a uma discussão geral, a tropa de choque atirou com balas de borracha e lançou bombas de gás de efeito moral. Os parlamentares presentes tentaram conversar com o comandante geral da Brigada, Paulo Mendes, que foi vaiado por pessoas e chamado de "fascista".

Ainda no Rio Grande do Sul, o Movimento das Mulheres Camponesas aproveitou o dia para questionar o modelo de desenvolvimento adotado: "Neste momento de intenso debate sobre o pré-sal, afirmamos que a transformação radical deste modelo passa por um profundo questionamento ao padrão de consumo baseado na petro-dependência", afirmou uma nota divulgada no site da entidade.

Movimentos sociais e sindicais realizaram ato em frente ao Supermercado Nacional/Wall-Mart na Cidade Baixa, em Porto Alegre. Os movimentos e sindicatos aproveitaram para denunciar que transnacionais, como Wall-Mart, Bunge e Cargill, são responsáveis pelo aumento dos preços dos alimentos, através da especulação financeira. Os preços dos principais grãos: trigo, milho, arroz e soja, em média duplicaram o preço (em dólar) no mercado internacional entre a safra de 2006 até hoje. Além disso, o avanço do plantio de oleaginosas e cana-de-açúcar para produção de combustíveis, como etanol e biodiesel, tem substituído as plantações para alimentos, reduzindo a oferta e aumentando os preços. Somente no estado de São Paulo, nos últimos dois anos, a cana-de-açúcar passou a ocupar, em média, 100 mil hectares que anteriormente eram destinados ao plantio de feijão.

Os movimentos exigem políticas de soberania alimentar, ou seja, que a produção agrícola do país seja voltada para alimentar a população e não para especulação ou para combustíveis. Entre as medidas para garantir a segurança e a soberania alimentar, estão o apoio à agricultura familiar e ao mercado interno e a realização efetiva de reforma agrária.

No Paraná, manifestantes da Via Campesina e do MST ocuparam várias praças de pedágio, liberando as cancelas para a passagem dos veículos. De acordo com a organização, os pedágios são um entrave para a distribuição de alimentos produzidos pelos pequenos produtores.

A celebração do Dia Mundial da Alimentação (16 de outubro) foi ampliada para Semana Mundial da Alimentação. Neste ano ocorreu de 12 a 18 de outubro, com o tema "A Segurança Alimentar Mundial: os Desafios das Mudanças Climáticas e da Bioenergia". O dia 16 marca a criação da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em 1945.

Veja também no site do CIMI a íntegra da **"Declaração de Maputo"**, emitida pela V Conferência Internacional da Via campesina em 23 de outubro passado.

ENTIDADES DA PLATAFORMA QUE TRABALHAM COM O TEMA:

- Abrandh: www.abrandh.org.br
- Fian: www.fianbrasil.org.br
- Movimento das Mulheres Camponesas: www.mmcbrasil.com.br

NACIONAL

Procurador da república pede intervenção federal em presídio de RO

O procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, solicitou intervenção federal no estado de Rondônia na Casa de Detenção José Mário Alves, popularmente conhecida como presídio Urso Branco, na cidade de Porto Velho. Essa é primeira vez que uma violação sistemática de direitos humanos resulta em um pedido de intervenção federal.

A ausência de controle do Estado sobre o presídio e os recorrentes casos de tortura foram denunciados em 2002 pela JUSTIÇA GLOBAL e pela COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ da Arquidiocese de Porto Velho à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Ainda em 2002, o Estado brasileiro foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA a cumprir medidas provisórias que garantam a proteção à vida e à integridade pessoal dos internos.

Dados da Justiça Global e da Comissão Justiça e Paz ressaltam que, apenas de 2000 a 2008, mais de 100 presos foram assassinados no interior do presídio. Os presos já denunciaram por diversas vezes as condições precárias a que são submetidos e reivindicaram direitos básicos como provisão de material higiênico, acesso à água e respeito às visitas. Em outubro de 2006, a Secretaria de Administração Penitenciária do estado de Rondônia (SEAPEN/RO) e o Comando de Operações da Polícia Militar do estado de Rondônia (COE) iniciaram o que foi chamado de "Operação Pente Fino". Durante seis dias, os presos foram obrigados a dormir no chão da quadra de futebol, ao relento, vestidos somente de roupas íntimas.

A partir desta operação, houve uma intensificação da repressão violenta, com a adoção da tortura e de execuções sumárias como forma de garantir um "controle" da população prisional. Foi a rebelião de julho de 2007 que iniciou a discussão sobre uma possível intervenção federal no estado de Rondônia. Na ocasião, o preso José Antônio da Silva Júnior foi executado por agentes do Estado com um tiro na cabeça. (texto enviado pela Justiça Global).

INTERNACIONAL

A Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH) constatou que os meios de comunicação privados da Bolívia promovem "o ódio, o racismo e a discriminação, violando as normas da Convenção Internacional sobre a Eliminação de toda Forma de Discriminação". O informe da FIDH denomina-se "*Bolivia: racismo, discriminación e impunidad*" e concluiu que os meios de comunicação não cumprem sua função social de informar e orientar com verdade e independência. A FIDH foi criada em 1922

e é uma organização internacional que reúne 155 organizações de 100 países.

AGENDA NOVEMBRO

Dia 18
Às 17h: Reunião da Plataforma com a UNESCO sobre as Relatorias Nacionais em Dhesca e as propostas para 2009. Em Brasília

Dias 18 e 19
Seminário das Relatorias Nacionais –com relatores, coordenação da Plataforma e entidades do Grupo de Referência do tema- Em Brasília.

Dia 28
Seminário sobre o Aqüífero Guarany, em Montevidéu – esse evento estava programado pra outubro em Araraquara, mas foi adiado para nova data e local.

EXPEDIENTE

Secretária Executiva da Plataforma DhESCA Brasil
Lígia Cardieri: ligiacardieri@gmail.com

Secretário Assistente da Plataforma DhESCA Brasil
Gabriel Jamur Gomes: secretariadhesc@yahoo.com.br

Assessoria de Comunicação Social
Laura Bregenski Schuhli: comunicacao@dhescbrasil.org.br

Endereço : Secretaria Executiva da Plataforma DhESCA Brasil
Rua Des. Ermelino de Leão, 15, conj. 72 – Centro – CEP: 80410-230 – Curitiba/PR – Brasil
Tel: +55 (41) 3014-4651 - + 55 (41) 3232-4660

Mais informações sobre a Plataforma DHESCA Brasil acesse o site:
www.dhescbrasil.org.br